

FILHO, Hilson Cunha, *Tabagismo: Manual Técnico*, Lisboa, Climepsi, 2004, pp. 3-8; FROTA, Mário, “Evolução da legislação”, in FERREIRA-BORGES, Carina, e FILHO, Hilson Cunha, *Tabagismo: Manual Técnico*, Lisboa, Climepsi, 2004, pp. 103-129; *Id.*, *Do Ordenamento Jurídico do Tabaco e dos Seus Produtos na União Europeia – Reflexos em Portugal*, Lisboa, Mar da Palavra, 2007; HUBER, Gary, e PANDINA, Robert, “The economics of tobacco use”, in BOLLIGER, Christoph T., e FAGERSTRÖM, Karl Olov, *The Tobacco Epidemic*, Basel, Karger, 1997, pp. 12-63; MILBY, Jesse, *A Dependência de Drogas e Seu Tratamento*, São Paulo, Pioneira, 1988; MÓNICA, Maria Filomena, “Negócios e política: os tabacos (1800-1890)”, *Análise Social*, vol. xxvii, n.º 116-117, 1992, pp. 461-479; SLADE, John, “Historical notes on tobacco”, in BOLLIGER, Christoph T., e FAGERSTRÖM, Karl-Olov, *The Tobacco Epidemic*, Basel, Karger, 1997, pp. 1-11; VASQUES, Sérgio, “Impostos de vício, vícios do imposto: história clínica da tributação do tabaco”, *Revista Fisco*, n.º 80-81, ano ix, jan.-fev. 1997, pp. 13-32; **digital:** BORIO, Gene, “The tobacco timeline”, *Daily Tribune News*, 29 abr. 2011: <http://www.dailytribune.com/20100429/the-tobacco-timeline> (acedido a 3 ago. 2017); DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE, *Portugal Prevenção e Controlo do Tabagismo em Números – 2013*, Direção de Serviços de Informação e Análise, Direção-Geral da Saúde, 2013: <file:///C:/Users/MariaJos%C3%A9/Downloads/i019563.pdf> (acedido a 3 ago. 2017); “Legacy tobacco documents library”, Library and Center for Knowledge Management, University of California, São Francisco, 2002-14: <http://legacy.library.ucsf.edu/> (acedido a 1 jun. 2014); “Monopólio do tabaco”, in *Infopédia*, s.d.: [http://www.infopedia.pt/\\$monopolio-do-tabaco](http://www.infopedia.pt/$monopolio-do-tabaco) (acedido a 17 jul. 2013); WHO, *History of the WHO Framework Convention on Tobacco Control*, OMS, 2009: http://whqlibdoc.who.int/publications/2009/9789241563925_eng.pdf (acedido a 15 jul. 2013); WHO, *WHO Global Report Mortality Attributable to Tobacco*, OMS, 2012: http://www.who.int/tobacco/publications/surveillance/rep_mortality_attributable/en/ (acedido a 15 dez. 2013); WHO EUROPE, *European Tobacco Control Status Report 2014*, OMS, 2014: <http://www.euro.who.int/en/health-topics/disease-prevention/tobacco/publications/2014/european-tobacco-control-status-report-2014> (acedido a 3 jun. 2014).

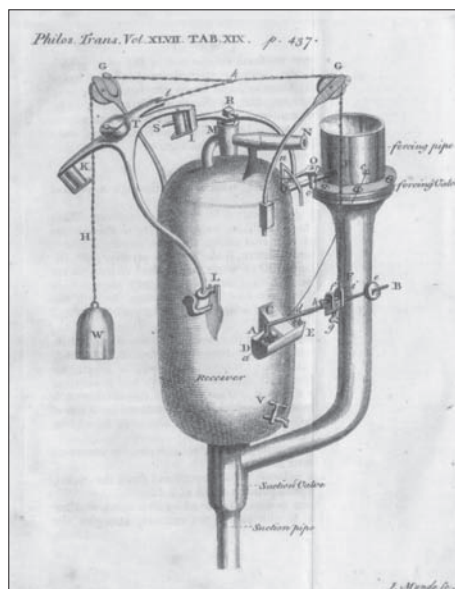
HILSON CUNHA FILHO

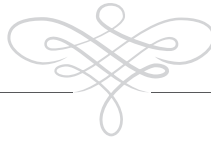
Antitaylorismo

Ao longo dos sécs. XVIII e XIX, Portugal manteve-se afastado do desenvolvimento descrito como Revolução Industrial, facto que teve profundos reflexos na industrialização do país até meados do séc. XX. Em particular, só tardia e lentamente a máquina a vapor chegou à indústria portuguesa, mudando os índices de produtividade.

A 6 de fevereiro de 1742, na *Gazeta de Lisboa*, foi publicada a notícia da apresentação de duas máquinas a vapor, instaladas numa das casas reais de campo, em Belém, sob a supervisão técnica de Bento de Moura Portugal, superintendente e conservador das Fábricas Reais da Fundação da Artilharia da comarca de

Máquina a vapor de Bento de Moura Portugal
descrita em *Philosophical Transactions* (1751-1752).





Tomar. Em 1751-1752, foi publicado, nas *Philosophical Transactions* da Royal Society de Londres, um relatório do engenheiro inglês John Smeaton sobre a máquina a vapor de Bento de Moura Portugal, que se baseava no modelo da máquina de Savery.

Avançando para o séc. XIX, na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa de 18 de janeiro de 1805, Constantino Botelho de Lacerda Lobo, professor do Gabinete de Física Experimental da Univ. de Coimbra, apresentou a “Memória sobre um novo modo de aplicar ao movimento das máquinas a força de vapor d’água fervendo”, que foi publicada no *Jornal de Coimbra* em 1812 (fig. 2).

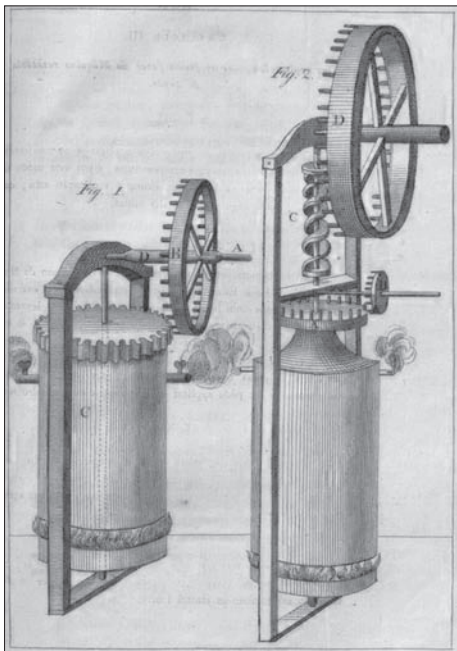
Apesar da notícia da instalação da máquina a vapor ainda na primeira metade do séc. XVIII, Portugal não acompanhou, ao longo do séc. XIX, o desenvolvimento industrial que se ia observando na Eu-

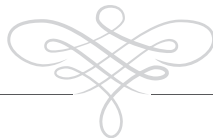
ropa. Em 1820, José Acúrsio das Neves, na *Memoria sobre os Meios de Melhorar a Industria Portuguesa, Considerada nos Seus Diferentes Ramos*, lastimava o estado em que Portugal se encontrava, denunciando que tudo se fazia à força de braços e de animais, enquanto nos outros países quase se dispensava o esforço humano nos trabalhos mais pesados, aumentando prodigiosamente os frutos da indústria. Assim, ao passo que, numa grande parte da Europa e nos Estados Unidos, já os rios e até os mares eram navegados por ação do fogo, sem mastros, velas ou remos, em Portugal, não havia uma única máquina a vapor nas indústrias.

A industrialização portuguesa no séc. XIX procedeu a um ritmo bastante lento. Os industriais portugueses iam recorrendo à energia hidráulica graças à abundância de recursos hídricos e ao aperfeiçoamento da roda e da turbina hidráulicas. Só no fim deste século começaram a aparecer alguns indicadores, embora ténues, de arranque industrial, pois predominava a mão de obra não especializada.

A gestão científica do trabalho foi proposta pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor, nas décadas de 1880 e 1890, com o objetivo de promover uma melhoria na eficiência económica das indústrias transformadoras. Mas já decorria o ano de 1917 quando foi publicado em Portugal o primeiro estudo advogando as virtudes do taylorismo, da autoria de António Mendes Correia, médico e antropólogo, professor da Faculdade de Ciências da Univ. do Porto, onde se defendia a aplicação desta doutrina não apenas na reeducação dos mutilados da Primeira Guerra Mundial, mas como modelo geral para a prosperidade do trabalho nacional (CORREIA, 1917). Nesta época, os textos de Taylor começaram a ser discutidos entre nós, servindo de referência para a análise do trabalho, a standardização, a

Máquina a vapor de Constantino Botelho de Lacerda Lobo, *Jornal de Coimbra*, 1812.





organização da produção e os processos de seleção e formação profissionais. Defendia-se uma articulação entre as investigações científica e tecnológica e a organização da indústria. Alguns advogavam a relevância dos engenheiros como promotores da inovação tecnológica e da racionalização organizacional, ressaltando que estes técnicos e especialistas deveriam instruir e autodisciplinar a classe laboral, aplicando o método de Taylor com vista a obter um maior rendimento laboral dos operários, com economia de esforços.

Apesar de algumas manifestações favoráveis à organização científica do trabalho no quadro do taylorismo, despontaram também fatores condicionantes da sua difusão e aprofundamento em Portugal. Os propósitos inovadores e reformistas decorrentes da Implantação da República apontavam para o desenvolvimento industrial do país, ao mesmo tempo que defendiam a remodelação do ensino e aconselhavam a aplicação das técnicas da racionalização do trabalho. Contudo, a crise política e económica da Primeira República comprometeu qualquer projeto inovador e reformista. Posteriormente, durante o Estado Novo, a reação ao aprofundamento do projeto racionalizador, a desvalorização da força de trabalho e a repressão dos movimentos operários estiveram na base da reação e suspensão do taylorismo, que se estendeu, pelo menos, até ao fim da Segunda Guerra Mundial. O taylorismo foi defendido em alguns textos publicados até meados da déc. de 30, que discutiam as limitações da indústria nacional, e algumas iniciativas contribuíram para alimentar o ideal do desenvolvimento industrial: o I Congresso dos Engenheiros, em 1931, a Grande Exposição da Indústria Portuguesa, em 1932, e, em 1933, o I Congresso da Indústria; mas só em 1945 foi publicada a Lei de Fomento e Reorganização Industrial, que

definia as linhas mestras do projeto de industrialização adotado pelo Estado Novo. Após a reorientação política definida em 1934, caracterizada pelo anti-industrialismo (Anti-industrialismo) e pela repressão do movimento operário, as doutrinas relativas à organização científica do trabalho deixaram de ter relevo, ficando o país condenado ao subdesenvolvimento, que dominou na primeira metade do séc. XX, ao contrário do que se observou na Europa e nos Estados Unidos.



Bibliog.: CORREIA, António Mendes, “Taylorismo e reeducação profissional”, *Portugal Médico*, 3.^a sér., vol. III, n.º 8, 1917, pp. 469-479; LIMA, Marinús Pires de, “Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-1908) – alguns resultados preliminares de uma investigação em curso”, *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-74, 1982, pp. 1299-1366; LOBO, Constantino António Botelho de Lacerda, “Memória sobre um novo modo de aplicar ao movimento das máquinas a força de vapor d’água fervendo”, *Jornal de Coimbra*, vol. I, n.º 4, 1812, pp. 255-263; NEVES, José Acúrsio das, *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada nos Seus Diferentes Ramos*, Lisboa, Oficina Simão Thaddeu Ferreira, 1820; “Portugal”, *Gazeta de Lisboa*, 6 fev. 1742, p. 71; REIS, António Estácio dos, *Gaspar José Marques e a Máquina a Vapor: Sua Introdução em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006; ROSAS, Fernando, “Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária”, *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 128, 1994, pp. 871-887; SMEATON, John, “An engine for raising water by fire, being an improvement of Savery’s construction, to render it capable of working itself, invented by Mr. de Moura of Portugal, F.R.S.”, *Philosophical Transactions*, vol. 47, 1751-52, pp. 436-439.